



**CONSELHO NACIONAL DE  
POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

**ATA DA 373ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP  
REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2011.**

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala de reuniões do Ministério Público, na cidade de São Paulo/SP. Estiveram presentes o Presidente, Dr. Geder Luiz Rocha Gomes, 1ª Vice-Presidente, Herbert José de Almeida Carneiro, 2ª Vice-Presidente, Valdirene Daufemback e os Conselheiros Adeildo Nunes, Alvino Augusto de Sá, Christine Kampmann Bittencourt, Erivaldo Ribeiro dos Santos, Fernando Braga Viggiano, Gisela Maria Bester, Luiz Guilherme Mendes Paiva, Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes, Renato Flávio Marcão, Rodrigo Duque Estrada, Augusto Eduardo de Sousa Rossini. Estiveram também presentes os seguintes participantes externos: Lucimara C. Rossini, Michael Mary Nolan – CEPCP, CONDEP, ITTC, Heidi Cerneka – Pastoral Carcerária Nacional, Conselho da Comunidade, Helena Romanach - Inst. Sou da Paz, Benjamim R. Toless - Ass. de Imprensa MP/SP- Vander Fagundes – Assessoria Comunitária MP/SP, Miguel Elias Daffan – Cap. PM. Chefe da APMPGJ, Alexandre Cabana - DISPP/DEPEN, Francisco Estella Junior – Subprocurador-Geral de R. Externas – SP, Fábio R. Behara – Promotor de Justiça e Ass. do PGJSP, Marcio Fernando Elias Ropa – SubProcurador-Geral de Justiça - SP; Sérgio Salomão Shecaira Ex-presidente do CNPCP . Justificaram ausência os Conselheiros Airton Aloísio Michels, Carlos Eduardo Japiássu e José Laurindo de Sousa Netto. O Presidente do Conselho deu início à reunião ressaltando o prazer que é estar no Estado de São Paulo, que traz ao Conselho a preocupação de discutir não só o Sistema Penitenciário em geral, mas principalmente, o Sistema Prisional. E, na condição de membro do Ministério Público do Estado da Bahia, expôs sua satisfação em realizar esta reunião no Ministério Público do Estado de São Paulo, ressaltando que há outras pessoas do Ministério Público em posições estratégicas nessa área. É o caso do Dr. Augusto Rossini, que hoje dirige o Departamento Penitenciário Nacional- DEPEN- e que irá integrar este colegiado. Em ato contínuo, agradeceu ao Ministério Público do Estado de São Paulo na pessoa do Dr. Fernando Umbrella, pela acolhida. Elogiou a infra-estrutura suficiente para que se possa realizar os trabalhos deste Conselho. Passou-se a palavra ao Procurador Geral de Justiça - Dr.

Fenando Umbrella - que falou sobre o trabalhado conduzido pelo Dr. Augusto Eduardo Rossini no Centro de Apoio Criminal. Nesse local, trabalharam juntos durante dois anos, e por ele foi idealizado a Promotoria Comunitária e o Salão do Gabinete, ambos na década de noventa. Foi um modelo inovador de atuação. Encerrando sua fala, disse que recentemente, esse modelo foi objeto de premiação - o Prêmio Innovare. Em ato contínuo, o Presidente do Conselho realizou o empossamento do novo Conselheiro - Dr. Augusto Eduardo Rossini. Passou-se a palavra ao empossado para que ele se manifestasse. Ele iniciou seu discurso de posse assumindo o compromisso de não votar nas deliberações. Isso, por entender que o regimento deste Conselho deveria ter o diretor do DEPEN não como um membro apenas, mas ter uma cadeira, ter direito a voz e sem voto. Defendeu ser paradoxal o fato de se fazer políticas que ele mesmo irá editar. Assumindo e solicitando o seguinte compromisso que todo Diretor do DEPEN que fosse designado pelo Ministro para compor este Conselho, quando abrir mão de seu cargo de Diretor do DEPEN, pudesse também abrir mão também do seu cargo de Conselheiro. Em ato contínuo, o Presidente do Conselho procedeu também à recondução do Dr. Rodrigo Duque Estrada Roig Soares, que é Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro. Passou-se a palavra para que ele se manifestasse. Com um breve discurso, agradeceu a todos se colocando a disposição para o que for necessário para desenvolvimento deste Conselho. Em seguida, o Presidente do Conselho falou a respeito da identidade deste Conselho, que é um órgão com mais de trinta anos de existência, responsável por editar a Política Criminal e Penitenciária do país. Procurou propor essa política que nem sempre é executada pelos Estados. Ressaltou a importância de se estar de “braços dados” com a Constituição. As Resoluções devem nortear toda uma política que merece ser aplicada, dentro do possível. Enfatizou que a composição do Conselho é bastante híbrida, possui a participação de representantes de quase todo o país. E, dando continuidade a sua fala, fez um breve histórico sobre as portarias de número novecentos e trinta e um e novecentos e trinta e dois, de maio de dois mil e onze da lavra do Ministro da Justiça. Afirmou que essas portarias são extremamente importantes para este Conselho, pois havia conflitos de atribuições nas Portarias. Após tomar conhecimento do caso, entrou em contato com o Secretário Executivo e com o Chefe de Gabinete do Ministro, e ambos disseram não ter conhecimento de imediato do que se tratava. Após os contatos, recebeu uma ligação da Assessora do Ministro, dizendo que a ação foi feita da área de assessoria, mas em nenhum momento havia intenção de usurpar as funções do Conselho, ressaltou que é uma formação interministerial, mas de caráter Executivo. Para pensar a transversalidade destas ações - ditadas pelas Resoluções deste Conselho – e para materializar estas ações e tentar dar um maior dinamismo, é que se pensou nessa

comissão interministerial. Existem questões temáticas em um e outro Ministério, que não saem do papel por não haver um órgão que pudesse trabalhar melhor esta ação. Perante esse impasse, o Presidente do Conselho convidou a assessora para participar da próxima reunião do CNPCP. Porém, uma vez que ela não poderia estar presente, seria representada pelo Conselheiro Rossini, que por sua vez, disse ter tido conhecimento desse assunto por meio de um e-mail enviado pelo DEPEN. Porém, não possui conhecimento para falar exatamente sobre o fato, já que não conseguiu ter acesso a esse expediente. Tendo em vista a falta de participação de órgãos que ditam e executam a política nacional. Solicitou que os coordenadores sejam órgãos próprios do Ministério da Justiça, por meio do CNPCP e do DEPEN. Ficou acordado que será enviado um ofício ao Ministro, que será feito pelas Conselheiras Gisela e Valdirene. Em ato contínuo, o Dr. Cabana realizou o seguinte informe: O Ministério do Planejamento tecnicamente negou o pedido do CNPCP de Descontingenciamento. Em seguida, o Presidente do Conselho realizou a recondução do Dr. Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes, colocando em seguida a votação da Ata de número trezentos e setenta e um, que foi aprovada por unanimidade. Abriu-se espaço para as comunicações e proposições. Passou-se a palavra para o Conselheiro Herbert, que noticiou sua participação na reunião do Conselho Nacional de Justiça, pelo qual foi aprovada a recomendação sobre as Medidas de Segurança, fruto da Resolução de número quatro de dois mil e dez, deste Conselho. Em ato contínuo, o Conselheiro Eivaldo comunicou a respeito da decisão do Ministério do Planejamento, informando que já havia sido firmado um compromisso com o Governo de encaminhamento desse Projeto de Lei. Em seguida, a Conselheira Gisela comunicou que no dia dezesseis do mês de maio, em companhia da Conselheira Valdirene, foram inspecionar o Conjunto Cultural de Serrinha, na Bahia. Trata-se de uma unidade em regime de congestão, a partir de uma densa denúncia realizada pela Pastoral Carcerária, que anteriormente havia realizado uma inspeção neste presídio. Tal relatório estará pronto na próxima reunião. Em ato contínuo, a Conselheira Christine comunicou que a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, pede a revogação da Resolução de número 01/99, para regulamentar as visitas homoafetivas. Em ato contínuo, o Presidente do Conselho comunicou a respeito da reunião que teve com o Ministro Luiz Paulo, em que ficou acordado que passagens e diárias viriam de sua área específica, e que o Conselho continuaria normal. Em resposta ao Presidente, o Conselheiro Rossini falou que o DEPEN adimplirá, mas que os recursos têm que vir e não fazer parte da conta. Ficou acordado que será agendado uma reunião com o Ministro Luiz Paulo, que contará com a participação do Conselheiro Rossini. Em ato contínuo, o Conselheiro Rossini comunicou que esteve no Estado do Paraná participando da Audiência Pública, solicitada pala

Secretaria de Justiça do Estado do Paraná. Essa audiência teve como propósito ouvir as quatro principais empresas que fazem Monitoramento Eletrônico no Brasil, com o objetivo de se firmar um posicionamento. Quanto a ter um único edital na contratação destas empresas, foi formada uma comissão técnica, vinculada ao gabinete dela, que vai acolher as sugestões, não só da sociedade civil, mas também pelas empresas para formar um parecer. Solicitou-se que tal parecer viesse também para o CNPCP, e informou que a SAL está em franca discussão interna, com relação à regulamentação por decreto do Monitoramento Eletrônico. Foi proposto que seria conveniente que a SAL pensasse em um único Decreto, para o Código de Processo Penal que abordasse o Monitoramento Eletrônico, a via da Cautelar do Preso Provisório, a Monitoração do Preso em Regime Aberto e na Saída Temporária. E após entendimento entre os Conselheiros ficou decidido que será enviado um ofício para o Dr. Marivaldo, sobre a participação do CNPCP nas discussões relativas ao Monitoramento Eletrônico. Convidou para a próxima reunião o Dr. Patrik, para participar da discussão do relatório de pesquisa sobre a Saúde no Estabelecimento Penal e o Dr. Luciano Losekan, como Coordenador do Grupo de Trabalho do CNJ. Em ato contínuo, o Conselheiro Rodrigo convidou a Dra. Heloisa Dário e a Dra. Fabiana para integrarem a próxima reunião para explicarem sobre o novo Sistema Nacional de Alternativas Penais. Em seguida, o Conselheiro Luiz Guilherme comunicou que irá representar o CNPCP, em uma subcomissão criada pelo o CCJ, para discutir a Proporcionalidade das Penas na Parte Especial do Código Penal. Logo após, a Conselheira Valdirene comunicou que a reunião da Comissão do Prêmio de Boas Práticas ocorrerá na próxima reunião, em Brasília, no final do segundo dia de reunião. Passou-se a palavra ao Ex-Presidente Sérgio Salomão Shecaira, que iniciou sua fala cumprimentando a todos os Conselheiros e disse que, mesmo de longe, está acompanhando as tarefas executadas pelo CNPCP. Parabenizou o trabalho que vem sendo realizado pelo Conselho, e expôs sua imensa alegria em estar novamente sentado à mesa deste Conselho, e encerrou sua fala dizendo que sua presença se deu unicamente para cumprimentar e acompanhar o trabalho dos ilustres Conselheiros. Em ato contínuo, o Dr. Cabana iniciou sua fala fazendo uma consideração a respeito do pedido de Crédito Adicional onze mil quatrocentos e trinta um, no valor de seiscentos milhões de reais. O Ministério do Planejamento negou o pedido do Conselho, sem dar maiores explicações. Em ato contínuo, a palavra foi dada à Dra. Helena Romanach, que coordena a área de Justiça Criminal do Instituto Sou da Paz. Desempenha um trabalho de acompanhamento Legislativo, informando que acompanham mais de oitocentos Projetos de Lei, que alteram o Código Penal e a Execução Penal. Finalizando sua fala comunicando que se têm muitos Projetos de Leis ruins na área de Processo Penal e solicitou a ajuda do Conselho para

tentar fazer evitar ou avançar projetos que considerem favoráveis. Em ato contínuo, a palavra foi dada a Dra. Heidi Cerneka, da Coordenação Nacional da Pastoral Carcerária, que iniciou sua fala ressaltando a importância que tem este Conselho, e o trabalho que por ele é desempenhado, que proporciona credibilidade e um olhar diferente. Em ato contínuo, o Presidente do Conselho agradeceu a participação dos convidados e passou a palavra. Abriu-se espaço à apresentação do relatório de visita de inspeção no Estado de Amazonas que fora realizado pelas Conselheiras Valdirene Daufemback e Christine Kampmann. Tal relatório foi apresentado pela Conselheira Christine, que comunicou que foram muito bem recebidos pela Secretaria de Justiça, e o Estado se mostrou empenhado em buscar soluções aos problemas identificados, e o Estado está há quinze anos sem realizar Concurso Público para Agentes Penitenciários e somente a Pastoral Carcerária que visita os Presídios, quanto ao Instituto Penal de Antonio Trindade, de Presos Provisórios, o estabelecimento é terceirizado, não há problemas de super lotação, os principais problemas apresentados foram por parte dos contratos Terceirizados, dos banheiros que foram construídos diante da porta de entrada da cela sem nenhum tipo de privacidade, os sentenciados sempre são algemados ao saírem das celas, até mesmo para ir ao médico, mesmo sem oferecer perigo eminente, Complexo Penitenciário Anízio Jobim, Semi aberto e Fechado, também terceirizado, que apresentou problemas de super lotação, há problemas quanto a questão contratual, poucas pessoas estudam, embora há o problema de vagas a gestão consegue manter o ambiente de respeito e trabalho, quanto a Penitenciária Feminina e a Cadeia Pública Feminina de Manaus, que são juntas juridicamente, mas separadas fisicamente, a penitenciária Feminina está em perfeito funcionamento, é um exemplo, já a Cadeia Pública Feminina em sua maioria de Presas Provisórias, está em situação precária, sem nenhuma condição estrutural, foi feita uma adaptação para acomodar as internas, já que a Penitenciária estava lotada, noticiando este fato como sendo uma das piores situações encontradas em Presídios Femininos, há casos de presas Provisórias com dois anos sem sentença. A Conselheira Valdirene comunicou que se reuniram com o Conselho Penitenciário, com os Defensores Públicos, na Vara de Execução Penal e na Vara de Penas e Medidas Alternativas, a Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Ramos, sofre problemas de super lotação, péssima estrutura, condições sub humanas de higiene, trezentos e sessenta e cinco presos com os prazos excedidos, quanto ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, está funcionando perfeitamente e possui uma boa estrutura. Sendo que tal relatório foi submetido às discussões e apreciações dos demais membros deste Conselho, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a Conselheira Gisela sugeriu que se incluísse no formulário do Conselho se a unidade foi construída com os aporte e recursos do DEPEN /

FUNPEN, e assinatura do responsável pela unidade. Sobre as recomendações, a Conselheira propôs providências imediatas em relação aos vasos sanitários na frente da cela sem nenhuma privacidade. Em ato contínuo, o Conselheiro Erivaldo comunicou que, exceto a Pastoral Carcerária, nenhum órgão da Execução Penal faz inspeção em presídios. Propôs que haja uma representação na Corregedoria Nacional de Justiça, por não ter como a corregedoria tomar conhecimento destes fatos, senão por meio de uma representação oficial vinda do CNPCP para a Corregedoria Nacional de Justiça. Solicitou também, que seja encaminhada uma representação para a Corregedoria do CNMP, por entender que não há outra forma de acompanhar e cobrar o problema gravíssimo dos Presos Provisórios. Sugeriu que no relatório, esteja destacada a falha do Poder Judiciário em relação ao acompanhamento das prisões, e propôs também um retorno ao Estado de Amazonas, para que os Juízes saibam que isto foi apurado no relatório, havendo um retorno para ver se aqueles mesmos presos continuam sem julgamento. Em ato contínuo, o Conselheiro Fernando expôs o problema que o Conselho já opinou várias vezes contra. Trata-se das portas das celas que são fechadas com porca e parafuso, e propôs que no relatório deva ser manifestado um repúdio a esta ação. Propôs também, uma representação ao Ministério Público do Estado, para que se adote providências quanto a questão do uso de algemas nos presos ao saírem das celas. Em seguida, o Conselheiro Rossini comunicou que está correndo o risco de perder a ouvidoria do DEPEN. Diante deste problema, solicitou à Secretaria-executiva Jussara Isaac Ribeiro que, quando preciso for, procurar diretamente a DIRPP, até porque é quem de tem a informação. Solicitou também que, ao se realizar as inspeções, verificar se aquela unidade foi construída com verba federal ou não, para se ter um nível de qualidade. Em seguida abriu-se espaço para que os Conselheiros Rodrigo Duque Estrada e Alvinho Augusto de Sá, falarem sobre a inspeção realizada no dia dezesseis de Janeiro de dois mil e onze, no Estado de Sergipe acompanhados do servidor Ronivaldo. Tal relatório foi apresentado pelo Conselheiro Rodrigo, que iniciou sua fala comunicando que foram inspecionados os presídios Manuel Carvalho Neto, de regime Fechado, contendo presos provisórios, objeto de terceirização, foram acompanhados do Diretor do Departamento Penitenciário, na chegada ao estabelecimento foram levados a um procedimento de revista deixando todos os pertences, inclusive celulares, curiosamente o Diretor do Sistema Penitenciário levou o dele para dentro do Presídio, possuindo na revista íntima e no método de tratamento dos presos os seus principais problemas, as técnicas de revista íntima são impróprias assim como as práticas disciplinares de obrigar os presos a cortar os cabelos e andar olhando para o chão, atividades arcaicas e que pedem pronta revisão. O Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Sergipe o HCTP, apesar de possuir estrutura deficiente, não

apresentava grandes problemas, a exessão da armazenagem de alimentos e medicamentos, foi encontrada uma barata no interior da cozinha, foram acompanhados do Diretor da Unidade, o presídio Feminino de Aracajú, que foi inaugurado no final de dois mil e dez, apresenta deficiência na alimentação das internas, por ser de baixa qualidade e quantidade, a ponto de causar fome nas internas, não há variação nutricional do cardápio nem fornecimento de salada fruta ou legumes, frutas são servidas estragadas, há escaches de leite, o fato mais alarmante é que, setenta por cento das presas são provisórias, sugerindo a expedição de um ofício ao Tribunal de Justiça do Estado, a Defensoria Pública, OAB e a Secretaria de Justiça, conclamando a construir um Sistema de Aplicação de Penas e Medidas Alternativas. Tal relatório foi submetido às discussões e apreciações dos demais membros deste Conselho, sendo aprovado por unanimidade. Em ato continuo o Conselheiro Alvino comunicou que foram redirecionados das visitas marcadas pelo CNPCP. Notou-se que eles foram desencaminhados de presídios que estavam em situações precárias, sendo encaminhados a presídios que estão em melhor funcionamento. Ficou decidido que, haverá um retorno ao Estado de Sergipe no segundo semestre. Comunicou ainda que foi publicado na imprensa do Estado de Sergipe que o Conselho fez vários elogios após a inspeção, sendo que não foi dito nada disso. Em seguida, o Presidente do Conselho Geder Luiz Rocha Gomes, encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigido por mim, Roberto Dias de Sousa e revisada pela Conselheira Christine Bittencourt.

Geder Luiz Rocha Gomes  
Presidente do CNPCP